



CÓD: OP-028AG-24  
7908403560745

# **SÃO JOSÉ DA TAPERA-AL**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA – ALAGOAS**

**Guarda Municipal**

**EDITAL NORMATIVO Nº 001/2024 – PMSJT/AL**

## **Português**

1. Intelecção Textual .....	5
2. Fonética: adequações ortográficas .....	5
3. Acentuação gráfica.....	6
4. Crase .....	7
5. Morfologia: elementos morfológicos: radical, tema, vogal temática, vogal ou consoante de ligação, afixo e desinência (nominal ou verbal) .....	7
6. Processos de formação de palavras: derivação e composição.....	9
7. Morfologia: Classes de palavras.....	10
8. Sintaxe: análise sintática da oração, análise sintática do período, sintaxe de concordância, de regência e de colocação .....	17
9. Estilística: figuras de construção, de pensamento e de palavras .....	25
10. Semântica: significação das palavras, denotação e conotação .....	25
11. Pontuação .....	27
12. Elementos da comunicação .....	31
13. Funções da linguagem .....	33
14. Paralelismo nas construções.....	34
15. Coesão e coerência textual .....	35
16. Informações Implícitas: pressupostos e subentendidos .....	36
17. Novas regras da ortografia.....	36

## **Atualidades**

1. Atitudes e ações de comportamentos religiosos no Brasil .....	45
2. Assuntos de extrema relevância sobre política brasileira e do estado .....	45
3. Economia do Brasil e do estado .....	46
4. Cultura brasileira: artistas famosos, pintores, poetas.....	47
5. Assuntos de extrema relevância sobre esporte e educação no estado e no Brasil.....	48
6. Meios de comunicação e mídias sociais: telefone móvel, WhatsApp, Facebook, Instagram, Telegram, Twitter, Tik Tok, Tinder, Kwai, Youtube, Vimeo, Twitch, Rumble.....	50

## **Conhecimentos Gerais**

1. Aspectos geográficos do Brasil: regiões, estados, capitais.....	53
2. História do Município e do Estado: Fundação, Contextualização Histórica, Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.....	71
3. Símbolos municipais e estaduais: brasão, hino, bandeira.....	80
4. Educação do Município e do Estado .....	84
5. Limites Geográficos.....	85
6. Contexto populacional .....	87
7. Aspectos Econômicos.....	89

---

## **Noções de Administração Pública - Direito e Conhecimentos Específicos**

1. Noções de Direito Constitucional: Constituição Federal de 1988 e suas alterações posteriores; Dos Direitos e Garantias Fundamentais em espécie; Direito à vida; Direito à Liberdade; Princípio da Igualdade (Art.5º I); Princípio da legalidade e da Anterioridade Penal (Art.5º II, XXXIX); Liberdade de Manifestação do pensamento (Art. 5º IV); Inviolabilidades da Intimidade; Vida Privada, da Honra e imagem (Art. 5º X); Inviolabilidade do lar (Art. 5º XI); Sigilo de correspondência e de Comunicação (Art. 5º XII); Liberdade de locomoção (Art. 5º XV); Direito de Propriedade (Art. 5º XXII e XXIII); Vedação ao racismo (Art.5º XLII); Garantia às Integridade Física e Moral do Preso (Art. 5º XLIX); Princípio da Presunção de inocência (Art. 5º LVII); Da segurança Pública (art.144) .....	95
2. Serviço Público no Brasil: definição, natureza, espécies, Características.....	200
3. Ética, Organização e Cidadania .....	200
4. Decreto-Lei Federal nº 2.848/40: Da Periclitção da Vida e da Saúde – do Artigo 130 a 136; Dos Crimes Contra a Honra – do Artigo 138 a 145; Dos Crimes Contra o Patrimônio – Artigos 155 e 156; Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho – do Artigo 197 a 207; Dos Crimes Contra a Administração Pública – do Artigo 312 a 327; Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral – do Artigo 328 a 337.....	212
5. Dos Crimes Contra a Honra – do Artigo 138 a 145.....	216
6. Dos Crimes Contra o Patrimônio – Artigos 155 e 156.....	221
7. Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho – do Artigo 197 a 207.....	223
8. Dos Crimes Contra a Administração Pública – do Artigo 312 a 327.....	234
9. Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral – do Artigo 328 a 337 .....	242

## **Noções de Administração Pública**

1. Gestão de Pessoas no Setor Público: características.....	255
2. Gestão de competências.....	256
3. gestão de conhecimento.....	260
4. Formas contratuais e regimes de trabalho .....	264
5. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público.....	267
6. Liderança.....	269
7. Metodologias para avaliação de desempenho .....	269
8. Gestão de Equipes .....	273
9. Motivação .....	274
10. clima e qualidade de vida no trabalho.....	276
11. Tendências e desafios à gestão de pessoas no Setor Público .....	281

# PORTUGUÊS

## INTELECÇÃO TEXTUAL

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

### Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

## FONÉTICA: ADEQUAÇÕES ORTOGRÁFICAS

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste capítulo serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

### Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios e abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

### Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

### Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)
- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)
- Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. (ex: portuguesa)
- Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa” (ex: populoso)

### Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- “S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante (ex: diversão)
- “SS” costuma aparecer entre duas vogais (ex: processo)
- “Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento (ex: muçarela)

Os diferentes porquês

<b>POR QUE</b>	Usado para fazer perguntas. Pode ser substituído por “por qual motivo”
<b>PORQUE</b>	Usado em respostas e explicações. Pode ser substituído por “pois”
<b>POR QUÊ</b>	O “que” é acentuado quando aparece como a última palavra da frase, antes da pontuação final (interrogação, exclamação, ponto final)
<b>PORQUÊ</b>	É um substantivo, portanto costuma vir acompanhado de um artigo, numeral, adjetivo ou pronome

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

**Ex:** *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

Já as palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes. **Ex:** *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

**ACENTUAÇÃO GRÁFICA**

A acentuação é uma das principais questões relacionadas à Ortografia Oficial, que merece um capítulo a parte. Os acentos utilizados no português são: **acento agudo** (´); **acento grave** (`); **acento circunflexo** (^); **cedilha** (,) e **til** (~).

Depois da reforma do Acordo Ortográfico, a **trema** foi excluída, de modo que ela só é utilizada na grafia de nomes e suas derivações (ex: Müller, mülleriano).

Esses são sinais gráficos que servem para modificar o som de alguma letra, sendo importantes para marcar a sonoridade e a intensidade das sílabas, e para diferenciar palavras que possuem a escrita semelhante.

A sílaba mais intensa da palavra é denominada **sílaba tônica**. A palavra pode ser classificada a partir da localização da sílaba tônica, como mostrado abaixo:

- **OXÍTONA:** a última sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: café)
- **PAROXÍTONA:** a penúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: automóvel)
- **PROPAROXÍTONA:** a antepenúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: lâmpada)

As demais sílabas, pronunciadas de maneira mais sutil, são denominadas **sílabas átonas**.

Regras fundamentais

CLASSIFICAÇÃO	REGRAS	EXEMPLOS
<b>OXÍTONAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• terminadas em A, E, O, EM, seguidas ou não do plural</li> <li>• seguidas de -LO, -LA, -LOS, -LAS</li> </ul>	<p>cipó(s), pé(s), armazém</p> <p>respeitá-la, compô-lo, comprometê-los</p>
<b>PAROXÍTONAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• terminadas em I, IS, US, UM, UNS, L, N, X, PS, Ã, ãs, ão, ãos</li> <li>• ditongo oral, crescente ou decrescente, seguido ou não do plural</li> </ul> <p><b>(OBS:</b> Os ditongos “EI” e “OI” perderam o acento com o Novo Acordo Ortográfico)</p>	<p>táxi, lápis, vírus, fórum, cadáver, tórax, bíceps, imã, órfão, órgãos, água, mágoa, pônei, ideia, geleia, paranoico, heroico</p>
<b>PROPAROXÍTONAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• todas são acentuadas</li> </ul>	<p>cólica, analítico, jurídico, hipérbole, último, álibi</p>

**Regras especiais**

REGRA	EXEMPLOS
Acentua-se quando “I” e “U” tônicos formarem hiato com a vogal anterior, acompanhados ou não de “S”, desde que não sejam seguidos por “NH” OBS: Não serão mais acentuados “I” e “U” tônicos formando hiato quando vierem depois de ditongo	saída, fâisca, baú, país feiura, Bocaiuva, Sauipe
Acentua-se a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos “TER” e “VIR” e seus compostos	têm, obtêm, contêm, vêm
Não são acentuados hiatos “OO” e “EE”	leem, voo, enjoo
Não são acentuadas palavras homógrafas OBS: A forma verbal “PÔDE” é uma exceção	pelo, pera, para

**CRASE**

Crise é o nome dado à contração de duas letras “A” em uma só: **preposição “a” + artigo “a” em palavras femininas**. Ela é demarcada com o uso do acento grave (à), de modo que crase não é considerada um acento em si, mas sim o fenômeno dessa fusão.

Veja, abaixo, as principais situações em que será **correto o emprego da crase**:

- Palavras femininas: *Peça o material emprestado àquela aluna.*
- Indicação de horas, em casos de horas definidas e especificadas: *Chegaremos em Belo Horizonte às 7 horas.*
- Locuções prepositivas: *A aluna foi aprovada à custa de muito estresse.*
- Locuções conjuntivas: *À medida que crescemos vamos deixando de lado a capacidade de imaginar.*
- Locuções adverbiais de tempo, modo e lugar: *Vire na próxima à esquerda.*

Veja, agora, as principais situações em que **não se aplica a crase**:

- Palavras masculinas: *Ela prefere passear a pé.*
- Palavras repetidas (mesmo quando no feminino): *Melhor termos uma reunião frente a frente.*
- Antes de verbo: *Gostaria de aprender a pintar.*
- Expressões que sugerem distância ou futuro: *A médica vai te atender daqui a pouco.*
- Dia de semana (a menos que seja um dia definido): *De terça a sexta. / Fecharemos às segundas-feiras.*
- Antes de numeral (exceto horas definidas): *A casa da vizinha fica a 50 metros da esquina.*

Há, ainda, situações em que o uso da crase é facultativo

- Pronomes possessivos femininos: *Dei um picolé a minha filha. / Dei um picolé à minha filha.*
- Depois da palavra “até”: *Levei minha avó até a feira. / Levei minha avó até à feira.*

• Nomes próprios femininos (desde que não seja especificado): *Enviei o convite a Ana. / Enviei o convite à Ana. / Enviei o convite à Ana da faculdade.*

**DICA:** Como a crase só ocorre em palavras no feminino, em caso de dúvida, basta substituir por uma palavra equivalente no masculino. Se aparecer “ao”, deve-se usar a crase: *Amanhã iremos à escola / Amanhã iremos ao colégio.*

**MORFOLOGIA: ELEMENTOS MORFOLÓGICOS: RADICAL, TEMA, VOGAL TEMÁTICA, VOGAL OU CONSOANTE DE LIGAÇÃO, AFIJO E DESINÊNCIA (NOMINAL OU VERBAL)**

— **Fonologia**

Fonologia<sup>1</sup> é o ramo da linguística que estuda o sistema sonoro de um idioma. Ao estudar a maneira como os fones ou fonemas (sons) se organizam dentro de uma língua, classifica-os em unidades capazes de distinguir significados.

<sup>2</sup>A Fonologia estuda o ponto de vista funcional dos Fonemas.

— **Estrutura Fonética**

**Fonema**

O fonema<sup>3</sup> é a menor unidade sonora da palavra e exerce duas funções: formar palavras e distinguir uma palavra da outra. Veja o exemplo:

<sup>1</sup> <https://bit.ly/36RQAOb>.

<sup>2</sup> <https://bit.ly/2slhcYZ>.

<sup>3</sup> PESTANA, Fernando. *A gramática para concursos públicos*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

C + A + M + A = CAMA. Quatro fonemas (sons) se combinaram e formaram uma palavra. Se substituirmos agora o som M por N, haverá uma nova palavra, CANA.

A combinação de diferentes fonemas permite a formação de novas palavras com diferentes sentidos. Portanto, os fonemas de uma língua têm duas funções bem importantes: **formar palavras** e **distinguir uma palavra da outra**.

**Ex.:** mim / sim / gim...

### Letra

A letra é um símbolo que representa um som, é a representação gráfica dos fonemas da fala. É bom saber dois aspectos da letra: **pode representar mais de um fonema** ou **pode simplesmente ajudar na pronúncia de um fonema**.

Por exemplo, a letra X pode representar os sons X (*enxame*), Z (*exame*), S (*têxtil*) e KS (*sexo*; neste caso a letra X representa dois fonemas – K e S = KS). Ou seja, uma letra pode representar mais de um fonema.

Às vezes a letra é chamada de **diacrítica**, pois vem à direita de outra letra para representar um fonema só. Por exemplo, na palavra *cachaça*, a letra H não representa som algum, mas, nesta situação, ajuda-nos a perceber que CH tem som de X, como em *xaveco*.

Vale a pena dizer que nem sempre as palavras apresentam número idêntico de letras e fonemas.

**Ex.:** bola > 4 letras, 4 fonemas

guia > 4 letras, 3 fonemas

Os fonemas classificam-se em **vogais**, **semivogais** e **consoantes**.

### Vogais

São fonemas produzidos livremente, sem obstrução da passagem do ar. São mais tônicos, ou seja, têm a pronúncia mais forte que as semivogais. São o centro de toda sílaba. Podem ser **orais** (timbre aberto ou fechado) ou **nasais** (indicadas pelo ~, m, n). As vogais são A, E, I, O, U, que podem ser representadas pelas letras abaixo. Veja:

**A:** brasa (oral), lama (nasal)

**E:** sério (oral), entrada (oral, timbre fechado), dentro (nasal)

**I:** antigo (oral), índio (nasal)

**O:** poste (oral), molho (oral, timbre fechado), longe (nasal)

**U:** saúde (oral), juntar (nasal)

**Y:** hobby (oral)

Observação: As vogais ainda podem ser tônicas ou átonas.

**Tônica** aquela pronunciada com maior intensidade. Ex.: café, bola, vidro.

**Átona** aquela pronunciada com menor intensidade. Ex.: café, bola, vidro.

### Semivogais

São as letras “e”, “i”, “o”, “u”, representadas pelos fonemas (e, y, o, w), quando formam sílaba com uma vogal. Ex.: No vocábulo “história” a sílaba “ria” apresenta a vogal “a” e a semivogal “i”.

Os fonemas semivocálicos (ou semivogais) têm o som de I e U (apoiados em uma vogal, na mesma sílaba). São menos tônicos (mais fracos na pronúncia) que as vogais. São representados pelas letras I, U, E, O, M, N, W, Y. Veja:

– **pai:** a letra I representa uma semivogal, pois está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **mouro:** a letra U representa uma semivogal, pois está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **mãe:** a letra E representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **pão:** a letra O representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **cantam:** a letra M representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= cantãu).

– **dancem:** a letra N representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= dancêi).

– **hifen:** a letra N representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= hífi).

– **glutens:** a letra N representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= glutêis).

– **windsurf:** a letra W representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **office boy:** a letra Y representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

# ATUALIDADES

## ASSUNTOS DE EXTREMA RELEVÂNCIA SOBRE POLÍTICA BRASILEIRA E DO ESTADO

### Política Brasileira

#### 1. Reformas Políticas e Econômicas:

- Reforma Tributária: Uma das pautas mais discutidas, visa simplificar o sistema tributário brasileiro, reduzir a burocracia e aumentar a eficiência na arrecadação de impostos.
- Reforma Administrativa: Focada na reestruturação do serviço público para aumentar a eficiência e reduzir gastos.

#### 2. Corrupção e Operações Judiciais:

- Operação Lava Jato: Continuam os desdobramentos das investigações que revelaram um esquema de corrupção envolvendo políticos e empresas.
- STF e Investigações: O papel do Supremo Tribunal Federal em decisões sobre investigações de corrupção envolvendo figuras públicas.

#### 3. Eleições e Partidos Políticos:

- Eleições Presidenciais e Municipais: As campanhas eleitorais, alianças partidárias e plataformas dos candidatos.
- Financiamento de Campanha: A discussão sobre o financiamento público versus privado das campanhas eleitorais.

#### 4. Política Ambiental:

- Desmatamento e Políticas de Conservação: A gestão e políticas para preservação da Amazônia e outros biomas.
- Acordos Internacionais: Participação do Brasil em acordos climáticos globais e suas implicações políticas e econômicas.

#### 5. Política de Direitos Humanos:

- Políticas de Inclusão Social: Medidas para combater a desigualdade social e racial.
- Direitos Indígenas: Questões relacionadas à demarcação de terras indígenas e proteção de suas culturas.

### Política do Estado de Alagoas

#### 1. Governança e Administração Estadual:

- Plano de Desenvolvimento Estadual: Iniciativas para melhorar a infraestrutura, saúde, educação e segurança pública no estado.
- Transparência e Combate à Corrupção: Medidas adotadas pelo governo estadual para aumentar a transparência e combater a corrupção.

#### 2. Segurança Pública:

- Políticas de Segurança: Programas e iniciativas para reduzir a criminalidade e aumentar a segurança dos cidadãos.

- Investimentos em Segurança: Alocação de recursos para a polícia, bombeiros e sistemas de monitoramento.

#### 3. Desenvolvimento Econômico:

- Incentivos ao Setor Privado: Programas de incentivo para atrair empresas e investimentos ao estado.
- Turismo: Estratégias para promover o turismo, especialmente nas áreas costeiras.

#### 4. Política Social:

- Educação e Saúde: Investimentos e melhorias na infraestrutura educacional e de saúde pública.
- Programas de Inclusão Social: Projetos para reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

#### 5. Infraestrutura:

- Obras Públicas: Projetos de construção e melhoria de estradas, pontes e outras infraestruturas essenciais.
- Saneamento Básico: Iniciativas para ampliar o acesso ao saneamento básico e água potável.

## ATITUDES E AÇÕES DE COMPORTAMENTOS RELIGIOSOS NO BRASIL

#### Diversidade Religiosa:

- Pluralidade de Crenças: O Brasil é conhecido por sua grande diversidade religiosa, incluindo católicos, evangélicos, espíritas, religiões afro-brasileiras (como Candomblé e Umbanda), além de religiões orientais e indígenas.
- Sincretismo Religioso: A fusão de práticas religiosas diferentes, como o catolicismo com tradições africanas e indígenas, é uma característica marcante da religiosidade brasileira.

#### Práticas e Festividades:

- Festividades Religiosas: Celebrações como o Carnaval (com raízes religiosas), a Festa de Nossa Senhora Aparecida, e as festas juninas, que combinam tradições católicas com elementos culturais.
- Peregrinações e Romarias: Movimentos de fiéis a santuários, como a de Aparecida do Norte, a Festa do Círio de Nazaré em Belém, e a romaria ao Padre Cícero em Juazeiro do Norte.

#### Impacto Social e Político:

- Influência na Política: A presença de bancadas religiosas no Congresso Nacional e em outras esferas de governo, defendendo pautas morais e sociais baseadas em princípios religiosos.
- Mobilização Social: As igrejas, especialmente evangélicas, têm um papel ativo na organização de movimentos sociais, campanhas de solidariedade, e ações comunitárias.



**Educação e Mídia:**

- Educação Religiosa: Aulas de ensino religioso nas escolas, embora sejam opcional e de natureza não confessional.
- Mídia Religiosa: Crescimento de canais de televisão, rádio e plataformas digitais dedicados a conteúdos religiosos, influenciando a opinião pública e a cultura.

**Relações Inter-religiosas:**

- Diálogo Inter-religioso: Iniciativas para promover a compreensão e a cooperação entre diferentes tradições religiosas, embora existam casos de intolerância religiosa.
- Conflitos e Resolução: Casos de intolerância religiosa, especialmente contra religiões afro-brasileiras, e esforços para combater a discriminação e promover a harmonia religiosa.

**Rituais e Espiritualidade:**

- Práticas Cotidianas: Oração, leitura de textos sagrados, cultos, missas, e participação em grupos de oração e estudo bíblico são comuns.
- Curandeirismo e Práticas Espirituais: Muitas comunidades, especialmente rurais, ainda recorrem a curandeiros e práticas de cura espiritual, integrando-as à sua fé religiosa.

**Atitudes Religiosas no Brasil**

**1. Engajamento Religioso:**

- Frequência aos Serviços Religiosos: A participação em cultos, missas, e outros serviços religiosos varia significativamente entre diferentes tradições e regiões.
- Voluntariado e Ação Social: Muitos fiéis se engajam em trabalhos voluntários promovidos por suas comunidades religiosas, como campanhas de doação de alimentos e assistência a necessitados.

**2. Valores e Moralidade:**

- Influência nos Valores Pessoais: Crenças religiosas moldam valores morais e éticos dos indivíduos, influenciando suas atitudes sobre temas como família, casamento, sexualidade, e honestidade.
- Práticas de Caridade: A caridade é vista como uma virtude importante, com muitas pessoas doando tempo e recursos para ajudar os outros em nome de sua fé.

**3. Espiritualidade Pessoal:**

- Busca por Sentido e Propósito: Muitas pessoas procuram na religião respostas para questões existenciais e um sentido de propósito e direção em suas vidas.
- Práticas de Meditação e Reflexão: Além das práticas religiosas tradicionais, há um crescente interesse por meditação, retiros espirituais, e outras formas de espiritualidade introspectiva.

**4. Intolerância e Tolerância:**

- Casos de Intolerância Religiosa: Embora a Constituição garanta liberdade religiosa, ainda ocorrem casos de discriminação e intolerância, especialmente contra religiões de matriz africana.
- Esforços de Tolerância e Inclusão: Muitas comunidades e líderes religiosos trabalham para promover a tolerância, o respeito mútuo e a coexistência pacífica entre diferentes tradições religiosas.

Essas atitudes e ações refletem a complexa e rica tapeçaria da religiosidade no Brasil, influenciando profundamente a vida social, cultural e política do país.

**ECONOMIA DO BRASIL E DO ESTADO**

**Economia do Brasil**

**1. Setores Econômicos:**

**Agronegócio:** O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de soja, milho, café, carne bovina e suína. O agronegócio é um dos principais pilares da economia brasileira, responsável por uma parte significativa do PIB e das exportações.

**Indústria:** O setor industrial é diversificado, incluindo a produção de automóveis, aeronaves, produtos químicos, alimentos processados, e têxteis. A indústria é uma grande empregadora e contribui significativamente para o PIB.

**Serviços:** O setor de serviços é o maior contribuinte para o PIB do Brasil, abrangendo comércio, finanças, turismo, educação, e tecnologia da informação. O crescimento do setor de serviços tem sido uma característica marcante da economia brasileira nas últimas décadas.

**2. Comércio Exterior:**

**Exportações:** O Brasil exporta uma variedade de produtos, incluindo commodities agrícolas (soja, café, carne), minérios (ferro, bauxita), petróleo, e produtos manufaturados. Principais parceiros comerciais incluem China, Estados Unidos, e a União Europeia.

**Importações:** O país importa máquinas e equipamentos, produtos químicos, combustíveis, e eletrônicos. O balanço comercial é um aspecto importante da economia brasileira.

**3. Desafios Econômicos:**

**Desemprego:** A taxa de desemprego é um desafio persistente, afetada por crises econômicas e mudanças tecnológicas. A informalidade no mercado de trabalho também é uma preocupação.

**Desigualdade:** O Brasil enfrenta alta desigualdade de renda, com uma concentração significativa de riqueza nas mãos de uma pequena parte da população.

**Inflação:** Controlar a inflação é uma preocupação constante, com o Banco Central utilizando políticas monetárias para mantê-la sob controle.

**4. Políticas Econômicas:**

**Reformas Estruturais:** O governo tem implementado reformas para melhorar a eficiência econômica, incluindo a reforma da previdência e tentativas de reforma tributária. Essas reformas visam criar um ambiente econômico mais estável e previsível.

**Investimentos em Infraestrutura:** Projetos para melhorar a infraestrutura de transporte, energia, e telecomunicações são fundamentais para o crescimento econômico e a competitividade global.

**5. Tecnologia e Inovação:**

**Startups e Tecnologia:** O ecossistema de startups está crescendo, especialmente em áreas como fintech, agritech, e healthtech. Investimentos em inovação são essenciais para a modernização da economia.

Inovação: Parcerias entre governo e setor privado para pesquisa e desenvolvimento são importantes para manter a competitividade do Brasil em uma economia global cada vez mais tecnológica.

### Economia do Estado de Alagoas

#### 1. Agricultura e Pecuária:

**Cana-de-Açúcar:** Alagoas é um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do Brasil, com a economia fortemente dependente desse cultivo. A indústria sucroalcooleira é vital para o estado.

**Outros Produtos Agrícolas:** Além da cana-de-açúcar, a agricultura em Alagoas inclui culturas de milho, feijão, e mandioca. A diversificação agrícola é um objetivo para reduzir a dependência de um único produto.

**Pecuária:** A criação de gado e a produção de leite também são importantes para a economia do estado, contribuindo para a geração de empregos e renda no meio rural.

#### 2. Indústria:

**Indústria Sucroalcooleira:** Além da produção de açúcar, a indústria de etanol é significativa devido ao cultivo extensivo de cana-de-açúcar. Alagoas tem se destacado na produção de biocombustíveis.

**Alimentos e Bebidas:** O processamento de alimentos e a produção de bebidas são setores industriais relevantes, aproveitando os recursos agrícolas locais.

#### 3. Turismo:

**Destinos Turísticos:** Com belas praias e atrativos naturais, o turismo é uma fonte importante de receita. Destinos como Maceió, Maragogi, e outras praias atraem turistas nacionais e internacionais.

**Infraestrutura Turística:** Investimentos em infraestrutura turística e promoção de eventos culturais ajudam a impulsionar o setor, gerando empregos e estimulando a economia local.

#### 4. Comércio e Serviços:

**Setor de Serviços:** O comércio e os serviços são fundamentais, especialmente em áreas urbanas como Maceió. O crescimento do setor de serviços acompanha a urbanização e a modernização da economia do estado.

**Empreendedorismo:** Pequenos negócios e empreendimentos locais são vitais para a economia do estado, incentivando a inovação e a criação de empregos.

#### 5. Desafios Econômicos:

**Desemprego e Informalidade:** A taxa de desemprego em Alagoas é alta, e muitos trabalhadores estão na economia informal, sem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários.

**Desigualdade Regional:** Há uma disparidade significativa entre áreas urbanas e rurais em termos de desenvolvimento econômico e infraestrutura, exigindo políticas públicas focadas em inclusão social.

#### 6. Políticas e Iniciativas:

**Incentivos ao Desenvolvimento:** O governo estadual tem implementado políticas para atrair investimentos e diversificar a economia, incluindo incentivos fiscais e apoio a novos negócios.

**Educação e Capacitação:** Investimentos em educação e programas de capacitação são essenciais para melhorar a qualificação da força de trabalho, preparando-a para os desafios da economia moderna.

A economia do Brasil e do estado de Alagoas apresenta características distintas, mas ambos enfrentam desafios semelhantes, como desemprego e desigualdade. Enquanto o Brasil se destaca no agronegócio, indústria e serviços, Alagoas foca na agricultura (especialmente cana-de-açúcar), turismo e pequenas indústrias locais. Políticas de desenvolvimento e investimentos em infraestrutura são cruciais para o crescimento sustentável em ambas as esferas.

### CULTURA BRASILEIRA: ARTISTAS FAMOSOS, PINTORES, POETAS

#### Cultura Brasileira

##### Música

#### 1. Caetano Veloso:

- Contribuições: Caetano Veloso é um dos fundadores do movimento tropicalista nos anos 1960, que misturava música popular brasileira com elementos do rock e do psicodelismo. Suas canções frequentemente abordam temas sociais e políticos, além de explorar a identidade brasileira.

- Obras Famosas: "Alegria, Alegria", "Sampa", "Você é Linda".

#### 2. Gilberto Gil:

- Contribuições: Também um ícone do tropicalismo, Gilberto Gil é conhecido por sua habilidade de misturar ritmos tradicionais brasileiros com música internacional. Ele também teve um papel ativo na política, servindo como Ministro da Cultura.

- Obras Famosas: "Aquele Abraço", "Palco", "Toda Menina Baiana".

#### 3. Elis Regina:

- Contribuições: Elis Regina é considerada uma das maiores intérpretes da música brasileira. Sua voz poderosa e emotiva fez com que suas performances fossem inesquecíveis, deixando um legado duradouro na MPB.

- Obras Famosas: "Como Nossos Pais", "O Bêbado e a Equilibrada", "Águas de Março".

#### 4. Tom Jobim:

- Contribuições: Um dos criadores da bossa nova, Tom Jobim internacionalizou a música brasileira. Suas composições são conhecidas por suas harmonias sofisticadas e melodias suaves.

- Obras Famosas: "Garota de Ipanema", "Desafinado", "Chega de Saudade".

#### 5. Carmen Miranda:

- Contribuições: Carmen Miranda se tornou uma embaixadora cultural do Brasil nos Estados Unidos. Seu estilo exuberante e figurinos chamativos fizeram dela um ícone tanto no Brasil quanto em Hollywood.

- Obras Famosas: "O Que é Que a Baiana Tem?", "Tico-Tico no Fubá", "South American Way".

# CONHECIMENTOS GERAIS

## ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO BRASIL: REGIÕES, ESTADOS, CAPITALS

A **regionalização** pode ser entendida como a divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, de acordo com um critério preestabelecido pelo grupo de pessoas responsáveis por tal definição: aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais, entre tantos outros.

Portanto, regionalizar significa identificar determinado espaço como uma unidade que o distingue dos demais lugares o seu redor.

A divisão de um território em regiões auxilia no planejamento das atividades do poder público, tanto nas questões sociais quanto econômicas, já que permite conhecer melhor aquela porção territorial.

O governo e as entidades privadas podem executar projetos regionais, considerando o número de habitantes de cada região, as condições de vida de sua população, as áreas com infraestrutura precária de abastecimento de água, esgoto tratado, energia elétrica, entre outros.

### Os Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil é um país muito extenso e variado. Cada lugar apresenta suas particularidades e existem muitos contrastes sociais, naturais e econômicos.

Como cada região diferencia-se das demais com base em suas características próprias, a escolha do critério de regionalização é muito importante.

Um dos critérios utilizados para regionalizar o espaço pode ser relacionado a aspectos naturais, como clima, relevo, hidrografia, vegetação, etc.

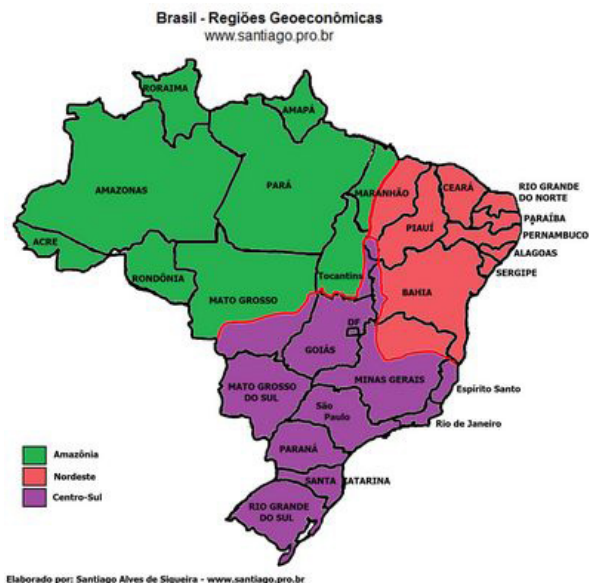
A regionalização também pode ser feita com base em aspectos sociais, econômicos ou culturais. Cada um apresenta uma série de possibilidades: regiões demográficas, uso do solo e regiões industrializadas, entre outras.

### **As Regiões Geoeconômicas**

A fim de compreender melhor as diferenças econômicas e sociais do território brasileiro, na década de 1960, surgiu uma proposta de regionalização que dividiu o espaço em **regiões geoeconômicas**, criada pelo geógrafo Pedro Geiger.

Nessa regionalização, o critério utilizado foi o nível de desenvolvimento, características semelhantes foram agrupadas dentro da mesma região. De acordo com esse critério, o Brasil está dividido em três grandes regiões: **Amazônia, Nordeste e Centro-Sul**, como pode observar-se no mapa a seguir.

### Brasil: regiões geoeconômicas



[http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/5/normal\\_brasilgeoeconomico.jpg](http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/5/normal_brasilgeoeconomico.jpg)

Os limites da **Amazônia** correspondem à área de cobertura original da Floresta Amazônica. Essa região é caracterizada pelo baixo índice de ocupação humana e pelo extrativismo vegetal e mineral.

Nas últimas décadas, a Amazônia vem sofrendo com o desmatamento de boa parte de sua cobertura original para a implantação de atividades agropecuárias, como o cultivo de soja e a criação de gado.

**A região Nordeste é tradicionalmente caracterizada pela grande desigualdade socioeconômica. Historicamente, essa região é marcada pela presença de uma forte elite composta basicamente por grandes proprietários de terra, que dominam também o cenário político local.**

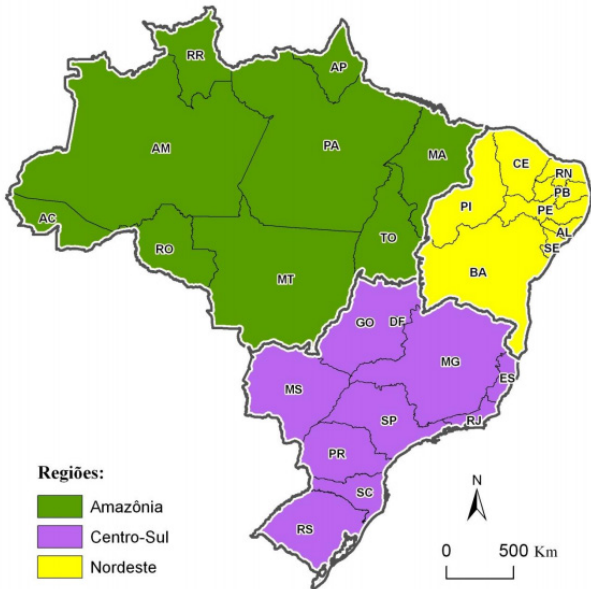
**A região Centro-Sul é marcada pela concentração industrial e urbana. Além disso, apresenta elevada concentração populacional e a maior quantidade e diversidade de atividades econômicas.**

Essa proposta de divisão possibilita a identificação de desigualdades socioeconômicas e de diferentes graus de desenvolvimento econômico do território nacional.

Seus limites territoriais não coincidem com os dos estados. Assim, partes do mesmo estado que apresentam distintos graus de desenvolvimento podem ser colocadas em regiões diferentes. Porém, esses limites não são imutáveis: caso as atividades econômicas, as quais influenciam as áreas do território, passem por alguma modificação, a configuração geoeconômica também pode mudar.

**Outras Propostas de Regionalização**

**Regionalização do Brasil por Roberto Lobato Corrêa**



[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Rita/flg386/2s2016/Regionalizacoes\\_do\\_Brasil.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Rita/flg386/2s2016/Regionalizacoes_do_Brasil.pdf)

Outro geógrafo, chamado Roberto Lobato Corrêa, também fez uma proposta de regionalização que dividia o território em três: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.

No entanto, em sua proposta ele respeitava os limites territoriais dos estados, diferentemente da proposta das regiões geoeconômicas que acabamos de observar acima.

**Regionalização do Brasil por Milton Santos**



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1551&evento=5>

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira propuseram outra regionalização para o Brasil, que divide o território em quatro regiões: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Concentrada.

Essa divisão foi feita com base no grau de desenvolvimento científico, técnico e informacional de cada lugar e sua influência na desigualdade territorial do país.

A região Concentrada apresenta os níveis mais altos de concentração de técnicas, meios de comunicação e população, além de altos índices produtivos.

Já a região Centro-Oeste caracteriza-se pela agricultura moderna, com elevado consumo de insumos químicos e utilização de tecnologia agrícola de ponta.

A região Nordeste apresenta uma área de povoamento antigo, agricultura com baixos níveis de mecanização e núcleos urbanos menos desenvolvidos do que no restante do país. Por fim, a Amazônia, que foi a última região a ampliar suas vias de comunicação e acesso, possui algumas áreas de agricultura moderna.

**As Regiões do Brasil ao Longo do Tempo**

Os estudos da Divisão Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) tiveram início em 1941. O objetivo principal deste trabalho foi o de sistematizar as várias divisões regionais que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única divisão regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras.

A proposta de regionalização de 1940 apresentava o território dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Este (Leste), Sul e Centro. Essa divisão era baseada em critérios tanto físicos como socioeconômicos.

**Regionalização do Brasil → década de 1940**



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1557&evento=5>

**IBGE e a Proposta de Regionalização**

O IBGE surgiu em 1934 com a função de auxiliar o planejamento territorial e a integração nacional do país. Conseqüentemente, a proposta de regionalização criada pelo IBGE baseava-se na assistência à elaboração de políticas públicas e na tomada de decisões no que se refere ao planejamento territorial, por meio do estudo das estruturas espaciais presentes no território brasileiro. Observe a regionalização do IBGE de 1940 no mapa acima.

**Regionalização do Brasil → década de 1950**



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1558&evento=5>

Na década de 1950, uma nova regionalização foi proposta, a qual levava em consideração as mudanças no território brasileiro durante aqueles anos.

Foram criados os territórios federais de Fernando de Noronha, Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu – esses dois últimos posteriormente extintos.

Note também que a denominação das regiões foi alterada e que alguns estados, como Minas Gerais, mudaram de região.

**Regionalização do Brasil → década de 1960**



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1560&evento=5>

Na década de 1960, houve a inauguração da nova capital federal, Brasília. Além disso, o Território de Guaporé passou a se chamar Território de Rondônia e foi criado o estado da Guanabara. Observe o mapa a seguir.

**Regionalização do Brasil → década de 1970**



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1561&evento=5>

Na década de 1970, o Brasil ganha o desenho regional atual. É criada a região Sudeste, que abriga os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

O Acre é elevado à categoria de estado e o Território Federal do Rio Branco recebe o nome de Território Federal de Roraima.

A regionalização da década de 1980 mantém os mesmos limites regionais. No entanto, ocorre a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e a criação do estado do Mato Grosso do Sul.

A mudança nas regionalizações ao longo dos anos é fruto do processo de transformação espacial como resultado das ações do ser humano na natureza.

Assim, reflete a organização da produção em função do desenvolvimento industrial.

**Regionalização do Brasil → década de 1980**



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1562&evento=5>

**A Regionalização Oficial do Brasil Atual**

A regionalização oficial do Brasil é a de 1990 e apresenta as modificações instituídas com a criação da Constituição de 1988.

Os territórios de Roraima e Amapá são elevados à categoria de estado (o território de Rondônia já havia sofrido essa mudança em 1981); é criado o estado de Tocantins; e é extinto o Território Federal de Fernando de Noronha, que passa a ser incorporado ao estado de Pernambuco.

**Regionalização oficial do Brasil atual**



<http://alunosonline.uol.com.br/geografia/regionalizacao-brasil.html>

É importante refletir sobre a regionalização atual proposta pelo IBGE, já que ela não apresenta uma solução definitiva para a compreensão dos fenômenos do território brasileiro.

A produção do espaço é um processo complexo, resultado da interação de diferentes fatores e não pode ser encaixada dentro de uma categoria única e específica.

A atual divisão regional obedece aos limites dos estados brasileiros, mas não necessariamente aos limites naturais e humanos das paisagens, os quais, muitas vezes, não são tão evidentes.

É o caso, por exemplo, do Maranhão. Grande parte de seu território apresenta características naturais comuns à região Norte, principalmente devido à presença da Floresta Amazônica. Além disso, o estado apresenta fortes marcas culturais que também remetem ao Norte, como a tradicional festa do Boi-Bumbá.

No entanto, segundo a regionalização oficial, o Maranhão faz parte da região Nordeste.

**Região e Planejamento**

A divisão do território brasileiro em regiões definidas pelo IBGE teve como objetivo facilitar a implantação de políticas públicas que estimulassem o desenvolvimento de cada região.

Um dos aspectos marcantes do espaço geográfico brasileiro é a disparidade regional. Isso significa que as diferentes regiões possuem níveis distintos de desenvolvimento. Uma das principais causas dessa disparidade é a concentração da industrialização no Centro-Sul do país.

Para promover o desenvolvimento de regiões consideradas socioeconomicamente estagnadas, o governo brasileiro empreendeu um programa federal baseado na criação de instituições locais fincadas nesse objetivo, como é o caso da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

**É o que veremos abaixo.**

**O Estado Brasileiro e o Planejamento Regional**

No século XX, a concentração espacial das indústrias na região Sudeste impactou de maneira negativa as estruturas produtivas de outras regiões brasileiras.

Para promover a desconcentração da economia, foram criadas políticas de integração e de desenvolvimento regional.

**Território e Políticas Públicas**

Por meio das políticas de desenvolvimento regional, propunha-se a implantação de infraestruturas nas regiões menos desenvolvidas, com a finalidade de atrair investimentos e aumentar a oferta de empregos.

O desenvolvimento industrial iniciado na década de 1930 transformou, ao mesmo tempo, a economia e a geografia do Brasil.

No plano da economia, o modelo agroexportador foi, aos poucos, sendo substituído pelo modelo urbano e industrial que vigora no país até hoje. No plano da geografia, as diferentes regiões brasileiras passaram a se articular de maneira cada vez mais intensa, de forma a prover tanto a matéria-prima quanto a força de trabalho necessárias à produção industrial fortemente concentrada na Região Sudeste.

# NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DIREITO E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL:  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E SUAS ALTERAÇÕES  
POSTERIORES; DOS DIREITOS E GARANTIAS  
FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE; DIREITO À VIDA;  
DIREITO À LIBERDADE; PRINCÍPIO DA IGUALDADE  
(ART.5º I); PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA  
ANTERIORIDADE PENAL (ART.5º II, XXXIX); LIBERDADE  
DA MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO (ART. 5º IV);  
INVIOABILIDADES DA INTIMIDADE; VIDA PRIVADA,  
DA HONRA E IMAGEM (ART. 5º X); INVIOABILIDADE  
DO LAR (ART. 5º XI); SIGILO DE CORRESPONDÊNCIA  
E DE COMUNICAÇÃO (ART. 5º XII); LIBERDADE DE  
LOCOMOÇÃO (ART. 5º XV); DIREITO DE PROPRIEDADE  
(ART. 5º XXII E XXIII); VEDAÇÃO AO RACISMO (ART.5º  
XLII); GARANTIA ÀS INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL  
DO PRESO (ART. 5º XLIX); PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO  
DE INOCÊNCIA (ART. 5º LVII); DA SEGURANÇA PÚBLICA  
(ART.144)**

## DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

### Forma, Sistema e Fundamentos da República

#### – Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

#### – Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

#### – Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

#### – Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

#### – Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

#### – Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejam abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

## TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

#### Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

#### Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não - intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino - americana de nações.

### DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

#### Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

#### Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

#### Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desiguam.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

#### Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

#### Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

#### Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

## TÍTULO II

### DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

#### CAPÍTULO I

##### DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;



XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;(Vide Lei nº 13.105, de 2015)(Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;(Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir - se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo - se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar - se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do «de cujus»;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá - los, se omitirem;(Regulamento)

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;  
 e) suspensão ou interdição de direitos;  
 XLVII - não haverá penas:  
 a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;  
 b) de caráter perpétuo;  
 c) de trabalhos forçados;  
 d) de banimento;  
 e) cruéis;  
 XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;  
 XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;  
 L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;  
 LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;  
 LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;  
 LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;  
 LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;  
 LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;  
 LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;  
 LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;  
 LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;(Regulamento)  
 LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;  
 LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;  
 LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;  
 LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;  
 LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo - lhe assegurada a assistência da família e de advogado;  
 LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;  
 LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;  
 LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;  
 LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder - se - á **habeas corpus** sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder - se - á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data** , quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;  
 b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder - se - á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder - se - á **habeas data** :

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê - lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má - fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: (Vide Lei nº 7.844, de 1989)

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de **habeas corpus** e **habeas data** , e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania. (Regulamento)

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)(Vide ADIN 3392)

LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022)

§1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)(Vide DLG nº 186,

# NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: CARACTERÍSTICAS

### Gestão de pessoas

A crescente importância das pessoas para a construção e a manutenção de diferenciais competitivos para as organizações leva a repensar conceitos e ferramentas de gestão, tendo em vista também as grandes mudanças na organização do trabalho, no relacionamento entre as organizações e as pessoas, no modo pelo qual os indivíduos encaram sua relação com o trabalho e no comportamento do mercado de trabalho<sup>1</sup>.

Se as políticas e práticas de gestão não agregarem valor às pessoas, não terão efetividade no tempo. Sendo assim, a gestão de pessoas deve ser complementada pela visão do desenvolvimento humano, segundo a qual a pessoa agrega valor à empresa ao mesmo tempo em que esta agrega valor à pessoa.

A visão do desenvolvimento humano se sustenta em três pilares: a aprendizagem da organização e das pessoas por meio de sua interação, a concepção da pessoa como um ser único e a competência, tanto das organizações quanto das pessoas, para desempenhar suas tarefas ou atividades. Deve-se, portanto, estabelecer uma cultura de aprendizagem nas organizações, a partir de vínculos estabelecidos entre pessoas e empresa, baseados no comprometimento, na gestão participativa e na busca pela renovação contínua.

Deve-se gerir pessoas considerando sua individualidade e evidenciando que não basta somente possuir qualificações para a execução de determinada tarefa: deve o colaborador pôr em prática o que sabe, para estabelecer a troca de competência entre pessoa e empresa. Na década de 1980, as empresas tiveram de se adequar às grandes mudanças trazidas pela globalização, revisando seus comportamentos.

Uma dessas revisões foi a aproximação do processo decisório à base operacional, tornando os profissionais da base corresponsáveis pela gestão do negócio e por todos os recursos envolvidos no processo. A partir de então, o grau de comprometimento e envolvimento das pessoas com o objetivo estratégico e com o negócio da empresa passa a ser vital.

Contudo, comprometer pessoas depende de que estas verifiquem vantagens concretas para si próprias na sua relação com a empresa. A ordem é estimulá-las, permitir um desenvolvimento sustentado e oferecer suporte à participação nos processos decisórios.

Cabe à empresa também definir exatamente suas expectativas em relação aos colaboradores. Acontece um deslocamento do foco no controle das pessoas para o foco em seu desenvolvimento.

Classificam-se os processos de gestão de pessoas em três categorias: movimentação (captação, internalização, transferências, promoções, expatriação e recolocação), desenvolvimento (capaci-

tação, carreira e desempenho) e valorização (remuneração, premiação, serviços e facilidades). O processo de movimentação é de natureza física, ocorrendo quando a pessoa muda de local de trabalho, de posição profissional, de empresa e de vínculo empregatício.

Do ponto de vista da empresa, pode significar a movimentação de pessoas, práticas de remanejamento em termos quantitativos e qualitativos e práticas de recolocação de pessoas no mercado de trabalho. Do ponto de vista da pessoa, pode significar uma nova ocupação, uma promoção, ou a perda do vínculo empregatício existente.

O desenvolvimento pode ser entendido como o aumento da capacidade da pessoa de agregar valor para a organização. Para dar foco e direção a esse processo, a empresa deve definir o que espera que as pessoas entreguem. O processo de valorização consiste em recompensar as pessoas por suas contribuições, por meio do atendimento de suas necessidades ou expectativas, e deve obedecer a critérios coerentes entre si e consistentes no tempo, que as pessoas considerem justos, para sustentar uma relação de compromisso com o trabalho realizado e com a empresa.

Há que considerar brevemente ainda dois conceitos da gestão de pessoas essenciais para a perspectiva desta pesquisa: liderança e clima organizacional. Nos mercados globalizados e altamente competitivos, as lideranças passam a exercer vários graus de supervisão, direta ou indiretamente, lidando com trabalhadores com vínculos de contrato diferenciados.

Um dos grandes desafios é gerir pessoas sobre as quais não se tem interferência direta no que diz respeito à sua movimentação, desenvolvimento e carreira. É o caso dos terceirizados.

É preciso conhecer o grau de satisfação, as expectativas e as necessidades das equipes de trabalho com vínculos de contrato diferenciados, fator essencial para o sucesso das organizações e para a qualidade de vida das pessoas que nelas trabalham.

O clima organizacional refere-se às relações humanas dentro da organização. A satisfação no trabalho varia diretamente em função de quão bom ou ruim o clima organizacional possa ser.

As empresas precisam conhecer o que seus colaboradores pensam e como se sentem, em relação às diferentes variáveis que afetam o clima; administrar o clima passou a ser uma ação estratégica para as organizações alcançarem bons resultados. Particularmente, nas empresas prestadoras de serviço, em razão do profundo contato entre funcionários e clientes, a percepção desses últimos é de que os funcionários representam a organização.

O clima organizacional refere-se às relações humanas dentro da organização e retrata o grau de satisfação das pessoas no ambiente de trabalho. O clima organizacional representa as percepções compartilhadas entre os funcionários em relação às políticas formais e informais, práticas, eventos e procedimentos da organização.

A qualidade dos serviços de uma empresa é influenciada pelo clima organizacional. O desempenho de um funcionário, quanto à prestação de um bom serviço, depende de ele saber fazer (possuir conhecimentos, habilidades e atitudes), poder fazer (dispor e poder usar os recursos necessários) e querer fazer (comprometimento e satisfação pessoal).

1 PETEROSI, H. G.; SIMÕES, E. A.; SANTOS, M. L. N. *Gestão de pessoas nos contratos de terceirização. GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Bauru, Ano 9, nº 3, jul-set/2014, p. 131-148.*

A consequência de um clima organizacional negativo pode ser a má qualidade dos serviços, e proporcionar um clima adequado contribui para a melhoria da qualidade nos serviços. Apontam-se alguns indicadores do clima organizacional, como a rotatividade de pessoal, o absenteísmo, os atrasos, os conflitos interpessoais e o desperdício de materiais. Índices baixos indicam que clima é bom e índices elevados apontam para um clima ruim.

A pesquisa de clima organizacional é uma estratégia de avaliação considerada completa, uma vez que permite a identificação das características existentes na relação empresa-colaboradores, fornecendo subsídios para que as organizações possam aprimorar continuamente o ambiente de trabalho. Geralmente é realizada a partir de questionários aplicados aos funcionários, com o objetivo de obter suas opiniões acerca de vários aspectos relacionados a comprometimento, motivação, cumprimento das tarefas, relacionamento com colegas, liderança, entre outros fatores.

### Terceirização

O repasse de atividades da empresa a terceiros é conhecido como terceirização de serviços. A contratante concentra-se em seu negócio principal e passa a manter uma relação de parceria com um prestador de serviços.

A contratação pode ser de serviços prestados por uma pessoa física (profissional autônomo) ou jurídica (empresa especializada), desde que não relacionados às atividades-fim da empresa contratante e sem a existência dos elementos caracterizadores da relação de emprego, que são subordinação, habitualidade, horário, personalidade e salário.

Existem dois tipos distintos de terceirização da mão de obra. O primeiro está relacionado à terceirização das atividades periféricas do processo produtivo, tais como tarefas de segurança, transporte, alimentação, manutenção, limpeza, asseio e conservação; o segundo, às atividades primárias do processo produtivo, que são essenciais ao funcionamento da cadeia de produção.

Uma terceirização mal conduzida pode resultar em um processo desastroso; seu planejamento deve focar a seleção criteriosa dos parceiros, a negociação adequada do escopo e do nível dos serviços a serem prestados e, principalmente, o modo de realizar o acompanhamento permanente do parceiro.

Pode-se destacar como benefícios de uma terceirização a otimização dos serviços (com o aumento da especialização do processo, possibilitando para a empresa contratante a avaliação do seu desempenho), um menor custo operacional fixo e uma melhor administração de seu tempo. Como aspecto negativo, verifica-se a alteração na estrutura de poder e autoridade dos serviços, dificultando a administração da empresa e dos serviços prestados por parte da contratante.

Deve-se elaborar projeto de planejamento de terceirização para minimizar as incertezas e os riscos inerentes ao processo e garantir a qualidade da contratação, pois, o principal fator responsável pelo fracasso das terceirizações nas empresas é a falta de uma política específica e o hábito de implementar terceirizações sem um projeto. A maioria das questões levantadas nas empresas sobre terceirização não possui respostas assertivas e fundamentadas em indicadores, e conhecer o prestador de serviço é um aspecto negligenciado pela maioria dos gestores.

Ao optar pela terceirização de tarefas, operações ou serviços prestados a seus clientes, a empresa substitui a gestão interna dessas atividades pela administração dos contratos que fará com terceiros. Sendo assim, o instrumento de contrato passa a ser essencial nos aspectos de controle e de relacionamento com o terceirizado.

As políticas de pessoal da empresa contratante devem alcançar a mão de obra terceirizada e, para isso, deve-se estabelecer, no instrumento de contrato, mecanismos que permitam uma gestão eficaz, como a definição de programas de treinamento, a seleção de indicadores de satisfação dos colaboradores e a medição de resultados.

Uma vez que um dos objetivos da terceirização, por parte de quem a contrata, é um menor custo operacional, está implícita nessa condição a contratação de uma mão de obra mais barata por parte do terceirizado. É preciso, assim, na contratação de empresas terceiras se estabelecerem condições de identificar e atuar sobre um possível descontentamento por parte da mão de obra contratada, de forma a minimizar os possíveis efeitos desfavoráveis.

Ou seja, para minimizar os riscos de uma terceirização, é necessário garantir a qualidade da contratação, que deve ser feita por meio da elaboração de um projeto de planejamento de terceirização.

A falta de uso ou o uso inadequado dos conceitos que sustentam a gestão de pessoas pode ter consequências representativas para os negócios e pessoas de uma empresa, como um clima organizacional ruim, com reflexos na qualidade dos serviços prestados ao cliente. Sendo assim, investir em práticas de gestão de pessoas passa a ser estratégico.

Conclui-se que os programas de terceirização são um desafio para as organizações no que se refere à gestão de pessoas, considerando o atendimento às expectativas, necessidades e interesses dos colaboradores de forma a mantê-los comprometidos.

As empresas contratantes devem preocupar-se com todas as pessoas com as quais mantêm relações de trabalho, independentemente de qual seja a forma de contratação legal. As políticas de pessoal da empresa contratante devem alcançar a mão de obra terceirizada.

Deve-se estabelecer uma relação de parceria, mas elaborar também um criterioso instrumento de contratação entre as partes, com seleção de indicadores de satisfação dos colaboradores, programas de desenvolvimento e medição de resultados. Dessa forma, investe-se numa gestão eficaz, que permita avaliar o poder de contribuição dessa contratação e atuar sobre possíveis descontentamentos por parte da mão de obra contratada, para minimizar efeitos desfavoráveis.

## GESTÃO DE COMPETÊNCIAS

### — Conceitos e principais abordagens metodológicas

Competência entrou nos dicionários da maioria dos modelos de gestão praticados atualmente por muitas organizações. Denominado de “gestão por competências”, estes programas trazem impactos em outros subsistemas como seleção. Algumas vezes

esses programas são praticados como modismo ou ainda dentro de um contexto taylorista de controle, quando gerentes e supervisores passam por atividades em que a preocupação maior é a avaliação, uma forma de verificar se eles possuem certas competências requeridas para o cargo<sup>2</sup>.

Em outras situações, esse processo está inserido dentro de uma estratégia de desenvolvimento de novas competências organizacionais e de desenvolvimento das pessoas como um processo de potencialização e alinhamento dessas competências organizacionais com as competências dos colaboradores. Competência pode ser definida como o conjunto de conhecimento (saber), habilidade (saber fazer) e atitude (querer fazer), bastante conhecido por C.H.A., capaz de fazer uma pessoa agregar valor ao patrimônio de conhecimentos de uma organização, ou, ainda, a entrega que a pessoa faz que pode resolver um problema ou gerar um benefício.

O processo de mapeamento e identificação de competências de um indivíduo pode ser realizado com diversas ferramentas de forma colaborativa. Serão descritas aqui duas das mais utilizadas, a ferramenta de tipologia psicológica e o levantamento das principais realizações.

A tipologia psicológica mais utilizada nas ferramentas atualmente praticadas é a de Jung<sup>3</sup>. Ela descreve quatro atitudes básicas que poderão ser distribuídas de uma forma bem individual. Abaixo apresentam-se os quatro estilos e suas características:

### Estilos psicológicos

SENTIMENTO	SENSAÇÃO	PENSAMENTO	INTUIÇÃO
Orientado para as pessoas	Orientada para ação e resultados	Orientado para fatos	Orientada para ideias
Espontâneo; Empático; Conciliador; Informal; Persuasivo; Entusiasta; Comunicativo; Extrovertido.	Assertivo; Habilidades técnicas; Prático; Funcional; Decidido; Criativo; Objetivo; Com foco.	Lógico; Planejado; Objetivo; Detalhado; Analítico; Preciso; Metódico; Organizado; Concentrado.	Conceitual; Inovador; Imaginativo; Oportunidades; Original; Estruturador; Visão global; Visão estratégica.

A aplicação desta ferramenta demonstra basicamente três possibilidades de variações: A mais comum é termos um estilo marcante e um auxiliar, por exemplo, pensamento/sensação; neste caso sua direção é para organizar de forma metódica e partir para ação; outro exemplo é o caso de um estilo principal, intuição, tendo como auxiliar o sentimento (intuição/sentimento); neste caso o seu talento será conduzir e liderar pessoas para novas ideias, processo de mudança, reflexão etc.

A segunda forma é um estilo principal e dois ou três auxiliares, por exemplo, sentimento como principal; neste caso o indivíduo direcionará sua atenção às pessoas em primeiro plano e, depois, dependendo da necessidade, utilizará um dos auxiliares, ação, ideias ou organização.

A terceira possibilidade é a de certo equilíbrio entre as quatro atitudes. A tipologia é uma característica tão marcante que direcionará toda atuação de uma pessoa, pois a percepção do mundo tem por base a tipologia de cada indivíduo.

No caso de uma liderança, ela será capaz de determinar o funcionamento da sua área de atuação. Como exemplo, destaca-se o caso de gerente de recursos humanos em uma cooperativa, seu estilo intuição/sentimento fez com que atraísse para a sua gestão toda a política de relacionamento com os cooperados. Sua visão global e capacidade de relacionamento oportunizaram agregar valor a atuação da área de recursos humanos.

Quando se aplica uma ferramenta como a acima mencionada em uma equipe, além de compreendermos as competências individuais, podemos ajudar com que as pessoas se conheçam melhor e compreendam suas diferenças, diminuindo sensivelmente conflitos desnecessários.

Como ferramenta auxiliar pode-se levantar as realizações de uma pessoa, aquilo que ela, ao longo da sua carreira, fez que agregou um resultado diferencial, foi percebido como algo que agregou valor, trouxe orgulho e foi bem percebido pelos outros. Muitas vezes as pessoas, em geral, têm dificuldades na realização deste levantamento, pois aquilo que se faz bem, se faz naturalmente. Este levantamento, se realizado em grupo, ajudará também na elevação da autoconfiança dos membros de uma equipe.

Ao consolidar o mapeamento tipológico realizado individualmente, será possível consolidar um retrato das competências da equipe. Embora as competências coletivas sejam mais que o somatório das competências individuais, elas mostram um quadro importante para análise tanto de forças quanto de fraquezas.

No quadro a seguir há uma demonstração do impacto do perfil tipológico em uma equipe, e sua análise ajudará no melhor gerenciamento dos resultados e no próprio funcionamento de uma equipe.

<sup>2</sup> <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000048/000048a1.pdf>

<sup>3</sup> Carl Gustav Jung foi um psiquiatra e psicoterapeuta suíço, fundador da psicologia analítica. Seu trabalho foi e permanece influente nos campos da psiquiatria, psicologia, ciência da religião, literatura e áreas afins.

As quatro competências nas equipes

	Sensação/ação	Pensamento/fatos	Intuição/ideias	Sentimento/pessoas
<b>Uma equipe dominada por essa competência</b>	Busca atingir resultados; Tem objetivo e foco; Avalia o progresso; Define uma direção clara.	Trabalha e reúne de forma organizada; Administra seu processo e ações com supervisão; Valoriza qualidade; Escuta; Divide grandes tarefas em tarefas menores.	Está sempre aberto à possibilidades; Estabelece novas conexões; Foca no futuro; Vai na essência das questões.	Faz tudo com prazer; Pondera as questões de forma humana e prática; Envolve de imediato seus participantes.
<b>Indícios de excesso de</b>	Falta de confiança; Membros da equipe competem mais do que cooperam; Desrespeita muitas regras; Avança rápido demais; Leva as pessoas ao esgotamento.	Fica paralisado em processos; Segue regras demais; Avança devagar demais; Prende-se aos antigos métodos; Pensa pequeno.	Muitas ideias, pouca ação; Muito foco na possibilidade e pouca prática na realidade; Impulsividade em demasia.	Passa muito tempo no “social” e acaba se atrasando; Não entrega resultados, perde capacidade de supervisão; Faz política ou drama demais; É instável.
<b>Indícios de falta de</b>	Falta de foco, competitividade, urgência, velocidade ou medida; Perde-se em muitas iniciativas ou ideias; Muito drama ou processo.	Falta de processo e qualidade; Avança rápido tão sem cuidado, que perde questões importantes.	Falta de criatividade, pensa pequeno demais; Escapa-lhe a essência; Falta de fluidez e propósito no processo de equipe.	Falta de confiança, receptividade e capacidade de enxergar diversos pontos de vista; Concentra-se tanto no trabalho que esquece as pessoas.
<b>Forma de desenvolver essa competência numa equipe</b>	Estabelece metas claras; Identifica três prioridades; Faz as pessoas pensarem; É direto; Mede o que é importante; Reduz os processos; Marca reuniões curtas; Usa imagens para apresentar medidas de desempenho importante.	Faz lista de pendências; Organiza um plano de projetos; Registra compromissos; Marca reuniões regulares; Estabelece funções e responsabilidades claras; Define processos de coordenação, regras e normas; Prepara-se para reuniões; Dá às pessoas a chance de trabalhar as ideias.	Realiza sessões de <i>brainstorming</i> <sup>4</sup> ; Abre-se para novos pensamentos (o que é necessário?); Tem tempo não programado na agenda; Explora forças a canalizar; Marca reuniões em lugares inusitados.	Procura conhecer melhor um ao outro; Reúnem-se fora do trabalho, se divertem; Cria uma forma de envolver as pessoas, de entusiasmas-las; Envolve proativamente as pessoas; Comemora; Estabelece pequenas metas e recompensas peculiares.

Outra forma de analisarmos as competências coletivas de uma equipe é examinar as realizações, os grandes feitos, aqueles que marcaram e geraram orgulho nesta equipe. Este mapeamento mostrará a sinergia produzida pela soma individual e também as competências essenciais, a singularidade desta equipe.

Ao estudar estes temas, percebe-se a complexidade do funcionamento de um grupo. Mas os benefícios de buscar um funcionamento sadio que traga desenvolvimento para as pessoas e resultado para a organização são muitos. Cada vez mais precisa-se de um ambiente organizacional humanizado que se constitua em espaço de realização do potencial das pessoas.

Este ambiente será propício para a aprendizagem e a geração de conhecimento, tão fundamentais para a excelência no plano organizacional. Passamos boa parte da nossa vida útil em nosso trabalho, desta forma construir este ambiente significa investir na nossa saúde emocional e crescimento pessoal.

<sup>4</sup> O *brainstorming* ou *tempestade de ideias*, mais que uma técnica de dinâmica de grupo, é uma atividade desenvolvida para explorar a potencialidade criativa de um indivíduo ou de um grupo - criatividade em equipe - colocando-a a serviço de objetivos pré-determinados.